

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT: POLÍTICAS E LIMITAÇÕES NAS DIMENSÕES DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA), SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES) E SISTEMA DE DRENAGEM URBANA (SDU)

Monalisa Janaya Castelo da Silva Vasconcelos, Greyce Bernardes de Mello Rezende, Elise Oliveira Schweig, José Adolfo Iriam Sturza

Universidade Federal de Mato Grosso, monalysa_janaya@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho trata da temática saneamento básico, considerando-o como um dos requisitos para garantia do direito a cidades sustentáveis, sendo fundamental para manter um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim sendo, o objetivo da presente pesquisa foi desenvolver o acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) em Itiquira-MT, nas dimensões do Sistema de Abastecimento de Água (SAA), Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) e Sistema de Drenagem Urbana (SDU), analisando o andamento das ações, projetos e programas, assim como a participação da sociedade nesse processo. Dessa forma foi realizado um levantamento da situação geral no que se refere a investimentos, infraestrutura, gestão municipal e dificuldades enfrentadas. A pesquisa foi um estudo de caso, realizado por meio de Roteiros de Trabalho previamente criados e aplicados junto a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município. Por meios desses foi possível concluir que no que se refere a planejamento e gestão o município tem encontrado dificuldades, necessitando aprimorar os mecanismos de controle social, publicidade e gestão democrática. Em relação a execução das propostas do Plano Municipal é possível observar que para a Dimensão 1 – Abastecimento de Água (SAA), das oito (8) propostas amostradas, as sete (7) primeiras não foram realizadas ações, investimentos e outros esforços para execução, na Dimensão 2 – Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) encontra-se a situação mais crítica do estudo, sendo que para as oito (8) propostas analisadas têm-se oito (8) propostas sem ações, investimentos ou quaisquer esforços realizados, sendo toda a população refém dos riscos ambientais e a saúde característicos da ausência desse sistema, por fim na Dimensão 3 – Sistema de Drenagem Urbana (SDU) encontra-se a situação onde houve mais ações, investimentos e esforços realizados, das oito (8) propostas amostradas, para três (3) foram realizadas ações, investimentos e outros esforços, no entanto é interessante ressaltar que esse número ainda é pouco significativo, e as ações desenvolvidas já eram realizadas anteriormente ao plano e apenas tem sido mantidas, o mesmo ocorre para a Dimensão 1 - Abastecimento de Água (SAA). Conclui-se que para que o PMSB de Itiquira- MT seja bem sucedido é necessária a adequada implementação das propostas, bem como a continuidade do apoio dos órgãos federais na fase de execução das ações planejadas.

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento Básico, Políticas Públicas, Controle Social, Gestão Democrática.

INTRODUÇÃO

No Brasil o saneamento básico é um direito assegurado pela Lei nº 11.445/2007 (BRASIL, 2007) e definido como conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo de águas pluviais. A legislação ainda prevê os princípios fundamentais para tais serviços públicos, estando entre eles a universalização ao acesso, adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante, além disso prevê eficiência e sustentabilidade econômica, além de transparência das ações e controle social. Na prática, no entanto, o direito da população ao saneamento básico, a cidades sustentáveis e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não tem sido garantidos, acarretando inúmeros problemas ambientais e sociais.

Existem estudos realizados no estado de Mato Grosso que fornecem informações e propiciam uma visão mais ampla da importância do tema saneamento básico, em um deles realizado em 25 municípios (TRATA BRASIL, 2011) constatou-se que 1.519 pessoas foram internadas com diarreia em 2011, desses quase metade das internações foram de crianças menores de 5 anos (49, 4%), o Sistema Único de Saúde - SUS gasta no país cerca de R\$ 140 milhões com internações por diarreia, no estado de Mato Grosso esse valor chega a R\$ 2,5 milhões de reais. É de suma importância que os municípios do estado de Mato Grosso discutam, planejem e executem ações na direção de reduzir os casos de internações hospitalares por diarreia, uma doença que está claramente relacionada com a ausência de saneamento básico. Ainda sobre saúde é interessante ressaltar a evolução de casos de dengue, chikungunya e zica no Brasil nos últimos anos (Gráfico 1). A proliferação de insetos e consequentemente de doenças a eles vinculados é reflexo do gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos urbanos e da ausência de redes coletoras de esgoto, que se implantadas promoveriam a qualidade socioambiental da região.

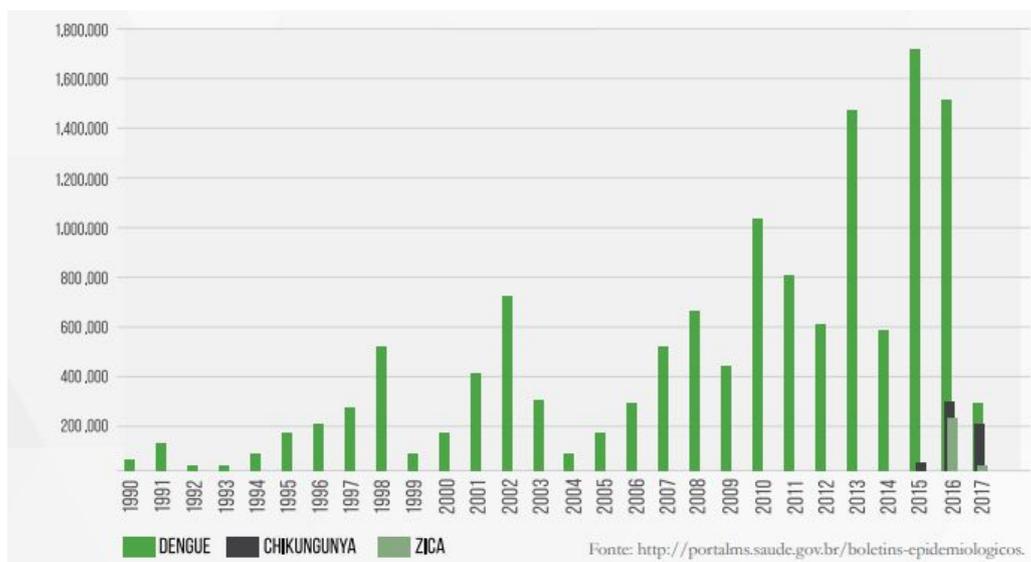


Gráfico 1 – Casos de Dengue, Chikungunya e Zica no Brasil.

Além dos prejuízos à saúde humana, é interessante observar ainda que o estado de Mato Grosso é extremamente privilegiado em sua biodiversidade, sendo o único estado no país a comportar em seu território três biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal. A ele então cabe a responsabilidade de gestão ambiental e de recursos naturais, minimizando os efeitos da urbanização desordenada, e comprometendo-se com o saneamento básico em suas diversas dimensões. Para isso a cada município compete legislar, e ter uma gestão democrática, com políticas públicas que compreendam novos mecanismos de participação popular e controle social como previsto no Estatuto da Cidade Lei 10.257 (BRASIL, 2001).

Para Lisboa, Heller e Silveira (2013) existem muitos desafios no planejamento municipal do saneamento básico, especialmente em municípios de pequeno porte, onde os gestores na maioria dos casos entendem a importância da elaboração do plano, no entanto relatam dificuldades na fase de implantação do projeto, tais como indisponibilidade de recursos financeiros, limitação quanto à qualificação profissional e capacidade técnica municipal, além da dificuldade na integração dos vários órgãos que compõe o saneamento básico e que devem trabalhar de forma harmoniosa para o sucesso das ações.

Segundo Buonamici (2012) o que não pode acontecer é postergar o debate acerca da ocupação desordenada das cidades, pois além dos malefícios a saúde pública e a perda de biodiversidade (fauna e flora) a população pode ser e em algumas regiões têm sido refém de catástrofes, principalmente inundações e deslizamentos. O instrumento a ser utilizado (Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB) mesmo com seus desafios deve ser implementado e entendido como algo a ser continuamente aperfeiçoado, adotando novos mecanismos de acordo com a necessidade do município, mas vislumbrando sempre o bem comum e a promoção da saúde humana e a proteção ambiental.

OBJETIVO DO TRABALHO

O objetivo do trabalho foi desenvolver o acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) em Itiquira-MT, nas dimensões do Sistema de Abastecimento de Água (SAA), Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) e Sistema de Drenagem Urbana (SDU), analisando o andamento das ações, projetos e programas, assim como a participação da sociedade neste processo. Dessa forma é feito um levantamento da situação geral no que se refere a investimentos, infraestrutura, gestão municipal e dificuldades enfrentadas.

METODOLOGIA UTILIZADA

A pesquisa foi um estudo de caso, realizado por meio de uma análise qualitativa e quantitativa dos dados aferidos sobre as ações, projetos e programas propostos no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) em Itiquira-MT.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Itiquira localiza-se na região sudeste Mato-Grossense, possui extensão territorial de 8.722,480 km² e população de 11.478 habitantes, estimando-se para 2016 o número de 12.620 habitantes (IBGE 2010). Destaca-se economicamente pelas atividades no setor agrícola e pecuário, e no que se refere ao planejamento municipal possui o Plano Diretor e o Plano Municipal de Saneamento Básico, este último exigido pela Lei 11.445/2007 (BRASIL, 2007).

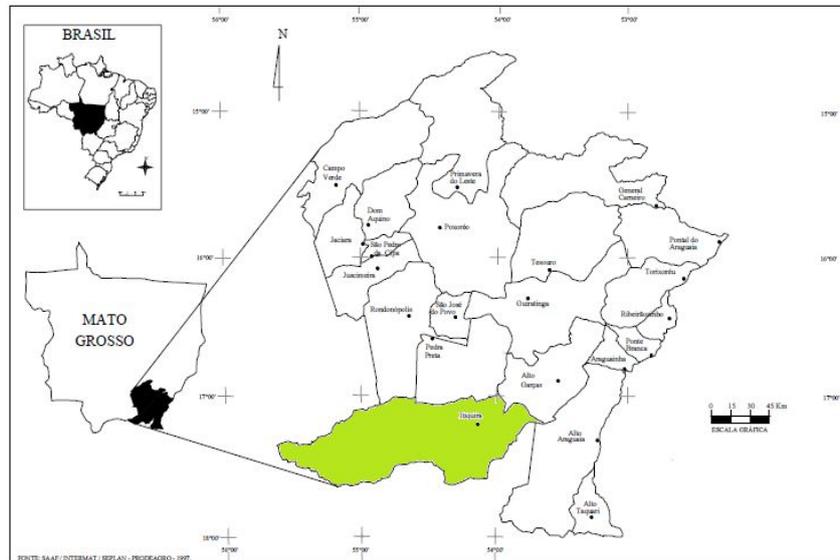


Figura 1 – Mapa da Mesorregião-Sudeste Mato Grossense, município de Itiquira (Fonte: SEPLAN - PRODEAGRO – 1997).

LEVANTAMENTO E COLETA DE DADOS

Para que o processo de levantamento de dados fosse realizado foram encaminhados ofícios para a Prefeitura de Itiquira e a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que forneceram o PMSB completo que não se encontrava no site do município, além das Atas das reuniões, Cronogramas e outros documentos e informações para esclarecimento.

Na sequência foram elaborados roteiros de trabalho, o primeiro deles aferiu o quanto o processo de elaboração do Plano foi participativo, considerando três itens gerais: 1) Divulgação, 2) Participação e Efetividade e 3) Iniciativa e Sugestões (FIGURA 2).

1		2		3	
DIVULGAÇÃO	MEIOS DE DIVULGAÇÃO	PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE		INICIATIVA E SUGESTÕES	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Televisão <input type="checkbox"/> Rádio <input type="checkbox"/> Carro de som <input type="checkbox"/> Outros _____	1. Os dias e horários permitiram a participação popular? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		1. De quem foi a iniciativa das reuniões? <input type="checkbox"/> Prefeitura Municipal <input type="checkbox"/> Câmara de vereadores <input type="checkbox"/> Sociedade Civil Organizada.	
		2. Quantidade de Público: <input type="checkbox"/> até 25 pessoas <input type="checkbox"/> 25 a 50 pessoas <input type="checkbox"/> 51 a 100 pessoas <input type="checkbox"/> 101 a 250 pessoas <input type="checkbox"/> acima de 250 pessoas		2. A população teve oportunidade de fazer sugestões? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
		3. Foram efetuadas palestras ou qualquer tipo de instrução e elucidação da população? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			

Figura 2 - Esquema do Roteiro de Trabalho para analisar se o processo de elaboração do plano foi Participativo.

O segundo roteiro de trabalho consistiu na avaliação quanto às ações realizadas, investimento, obras e infraestrutura, assim como possíveis atrasos no cronograma e dificuldades enfrentadas. Para isso, foram selecionadas 8 propostas presentes no plano para cada dimensão de estudo, sendo essas as dimensões (FIGURA 3):

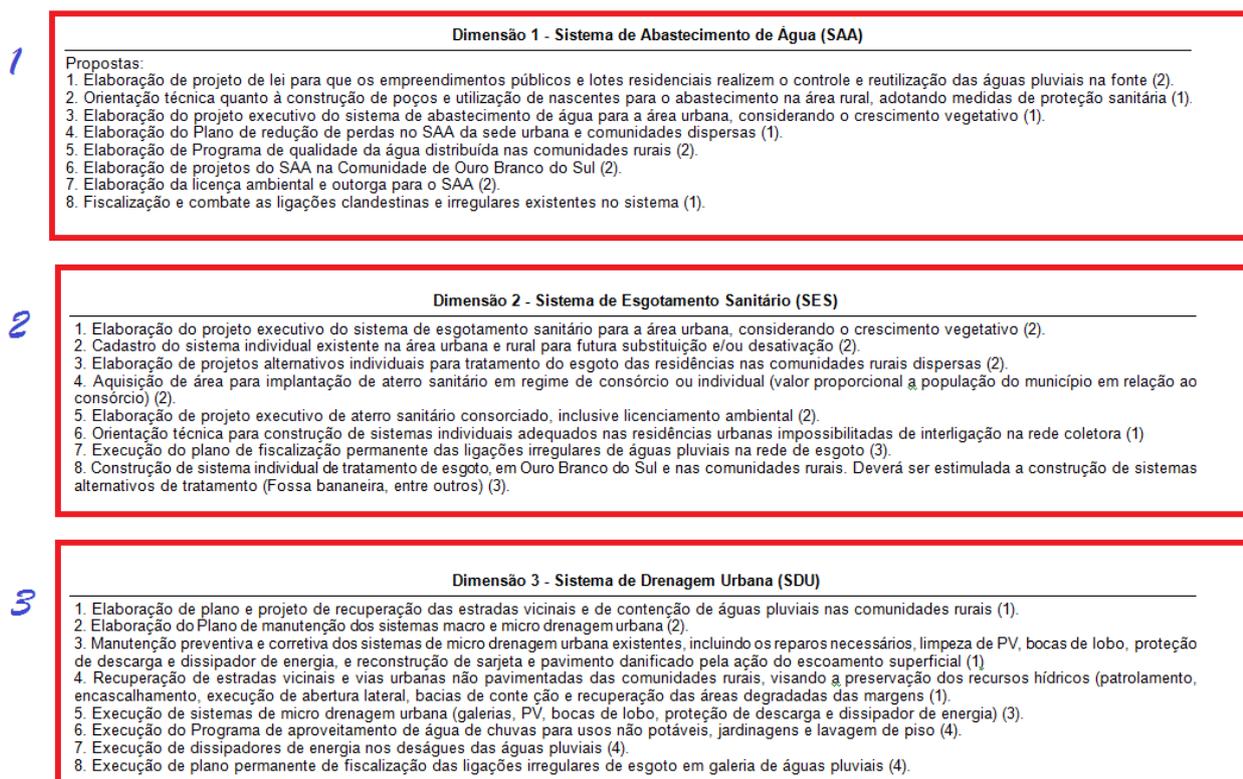


Figura 3 – Propostas amostradas do Plano Municipal de Saneamento Básico para cada dimensão de estudo.

Posteriormente foram elaborados fluxogramas e gráficos que condensaram as informações obtidas para melhor compreensão dos dados e resultados.

RESULTADOS OBTIDOS

ELABORAÇÃO DO PLANO, DIVULGAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico no município consistiu em basicamente cinco (5) etapas gerais (FIGURA 4), tendo duração de 17 meses até a entrega final do Plano. Para elaboração foi realizada uma parceria entre a Prefeitura Municipal, FUNASA e Governo do Estado de Mato Grosso, tendo a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) como equipe técnica executora.

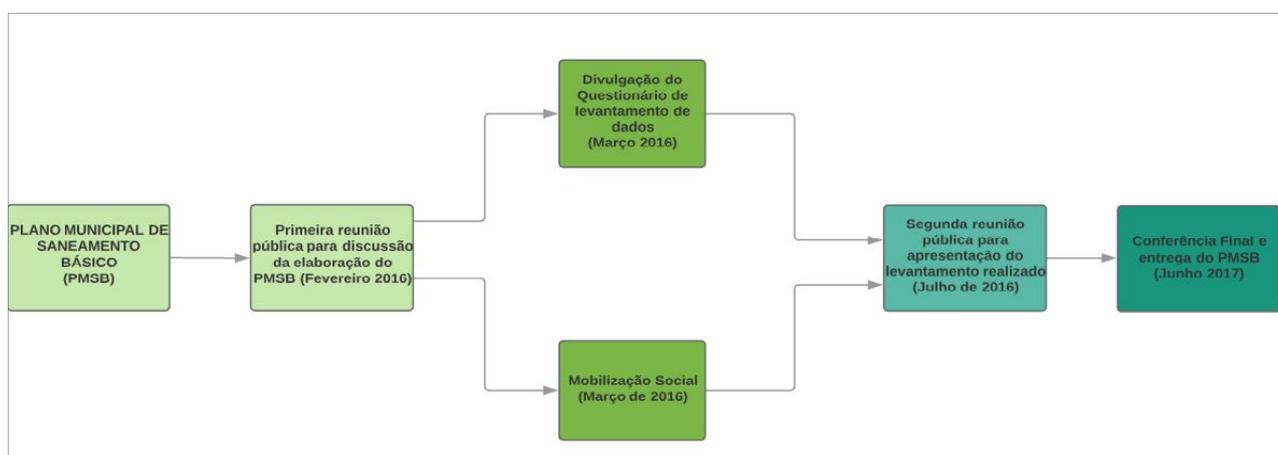


Figura 4 – Fluxograma das etapas de elaboração do PMSB em Itiquira-MT (Fonte: Dados da Pesquisa, 2018).

Segundo o Estatuto da Cidade regulamentado pela lei 10.257 (BRASIL, 2001) é essencial a participação popular e a gestão democrática na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BUONAMICI, 2012). O município de Itiquira em regras gerais teve um processo de elaboração do PMSB participativo, havendo ampla divulgação por meio de programas de rádio e carros de som na semana anterior as reuniões e audiências públicas, as datas e horários também foram propícios para participação popular. Durante os eventos realizados foram ministradas palestras pelos responsáveis técnicos executores do PMSB (Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT) para instrução e elucidação da população acerca do tema Saneamento Básico.

Em relação à quantidade de público, observou-se que houve significativa participação popular na 1ª Reunião Pública (147 pessoas), pouca participação na 2ª Reunião Pública (35 pessoas) e novamente significativa participação na Conferência Final (119 pessoas) de entrega do Plano (GRÁFICO 2).

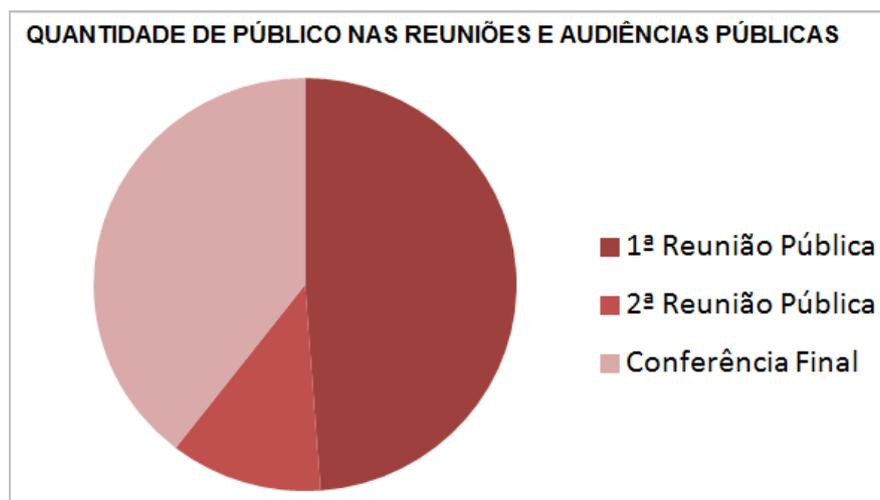


Gráfico 2 – Participação efetiva da população (Fonte: Dados da Pesquisa, 2018).

Devemos observar, para analisar a pouca participação efetiva da população na 2ª Reunião Pública, que o mês de Julho é normalmente mês de férias escolares, assim sendo boa parte da população usufrui do período para viajar, além disso, as próprias características da reunião (apresentação do levantamento de dados) pode inibir a participação se não deixado bem claro que o repasse dessas informações ocorrerá de forma didática e simples.

INICIATIVA E SUGESTÕES

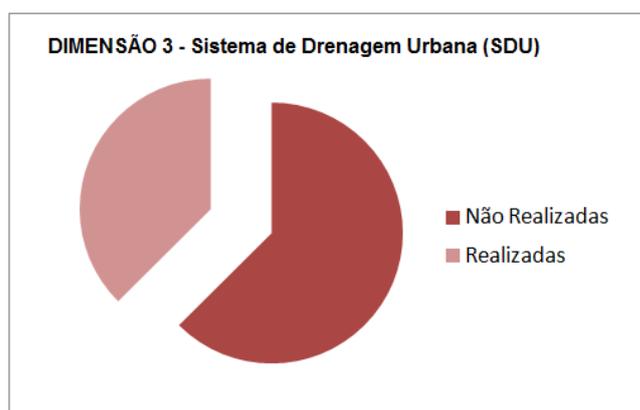
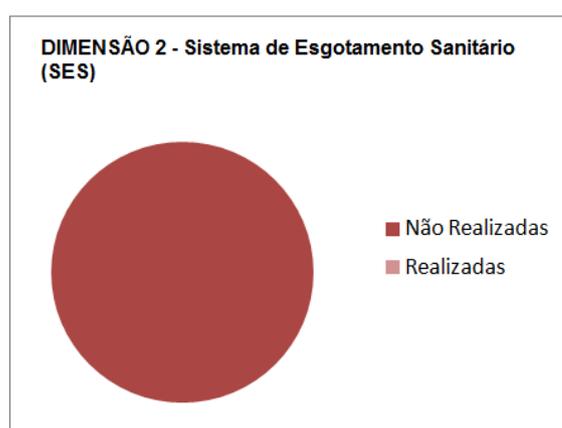
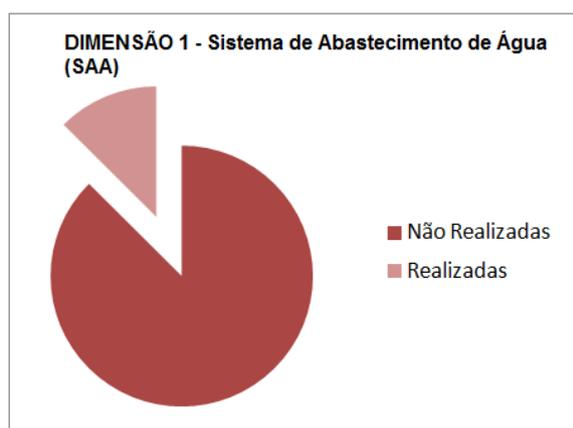
A iniciativa para elaboração do PMSB foi da Prefeitura Municipal, no entanto é interessante observar que a motivação para essa elaboração foi financeira, tendo em vista que apenas os municípios que tenham elaborado o PMSB receberão recursos da União para investimento em Saneamento Básico. A população durante as reuniões e audiências teve oportunidade de fazer sugestões, mas pouco se manifestou, atuando mais como ouvinte. O Controle Social nas diretrizes nacionais para o saneamento básico é definido como “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”, assim sendo os envolvidos devem não apenas se restringir a “ouvir”, mas serem amplamente incentivados a opinar, propor e avaliar, atuando em cooperação com o poder público (BOUNAMICI, 2012). Pois do contrário perde-se a finalidade das audiências públicas em si, que é o debate, a negociação entre as partes, para uma gestão democrática da cidade

Posteriormente a essa etapa os gestores municipais deveriam se comprometer com a ampla divulgação das informações dos planos, assim como as decisões tomadas. No município de Itiquira o plano foi entregue a aproximadamente 12 meses, no entanto não se encontra no site da prefeitura. Não houve nenhuma restrição quanto ao acesso a tais documentos junto à prefeitura e secretarias, mas não foi assegurada a publicidade como previsto na Lei nº 11.445/2007 em seu Art. 26 que regula que “deverá ser assegurado publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto” (BRASIL 2007).

ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES, INVESTIMENTOS E DIFICULDADES ENFRENTADAS NA EXECUÇÃO DO PLANO

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) em sua versão final foi entregue a 12 meses pela equipe técnica executora (Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT), a Lei municipal que o regulamenta é a Lei 994 de 13 de Novembro de 2017, aprovada a 7 meses (ITIQUIRA, 2017). Desde a entrega e aprovação pouco se fez, tendo um cronograma em fase crítica para ações previstas para o primeiro ano (curto prazo – imediato e/ou emergencial).

Para a Dimensão 1 – Abastecimento de Água (SAA), das oito (8) propostas amostradas, para sete (7) primeiras não foram realizadas ações, investimentos e outros esforços para execução, tendo muitas delas “nenhum custo” como previsto no plano ou necessidade de mudanças infraestruturais e obras como é o caso da Elaboração de Leis. Quanto à oitava proposta (Nº 8), na verdade não houve esforços posteriores ao plano, são ações e investimento já realizados anteriormente que são mantidos para fiscalização e combate a ligações clandestinas e irregulares no sistema, sendo a cargo da Prefeitura Municipal e Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis – SANEAR (GRÁFICO 3). Na Dimensão 2 – Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) encontra-se a situação mais crítica do estudo, para as oito (8) propostas analisadas têm-se oito (8) propostas sem ações, investimentos ou quaisquer esforços realizados, sendo toda a população refém dos riscos ambientais e a saúde característicos da ausência desse sistema (GRÁFICO 4). Na Dimensão 3 – Sistema de Drenagem Urbana (SDU) encontra-se a situação onde houve mais ações, investimentos e esforços realizados, das oito (8) propostas amostradas, para três (3) (Nº 3, 4 e 7) foram realizadas ações, investimentos e outros esforços, no entanto esse número ainda é pouco significativo, e assim como na Dimensão 1 são ações que já eram realizadas anteriormente ao plano e apenas tem sido mantidas para manutenção da microdrenagem urbana, preservação dos recursos hídricos e dissipação de energia nos deságues das águas pluviais (GRÁFICO 5).



Gráficos 3, 4 e 5 – Ações, Investimentos e outros esforços realizados em cada dimensão de estudo para cumprimentos das propostas do Plano Municipal de Saneamento Básico (Fonte: Dados da Pesquisa, 2018).

No que se referem às dificuldades enfrentadas, os gestores alegam não terem conhecimento técnico para execução de muitas das propostas, relatam terem deficiência no quadro de profissionais capacitados na área de Gestão Ambiental e mesmo nas ações que acham viáveis realizarem ainda tem inseguranças quanto à forma de execução. Nesse contexto é possível observar que, após a entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico os municípios se sentem “órfãos”, sem a continuidade do apoio de outros órgãos, e pouco caminham em relação à execução das propostas.

CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES

No que se refere a planejamento e gestão o município de Itiquira tem encontrado dificuldades em garantir a população o direito a cidades sustentáveis, necessitando aprimorar os mecanismos de controle social, publicidade e gestão democrática, bem como cumprir e executar as propostas do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB.

Para sucesso do plano faz-se necessário a conscientização ambiental dos próprios gestores municipais e a busca pela efetiva implementação das propostas, assim como aos órgãos federais dar continuidade ao apoio na fase de execução das ações propostas. Por fim é de fundamental importância a contratação de profissionais no município que possam atuar na área de Gestão Ambiental dando mais segurança, apoio e agregando conhecimento técnico ao quadro de profissionais já existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico – Monitoramento dos casos de dengue, chikungunya e zica**. 2018. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos>>.
2. BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial, de 11 de julho de 2001.
3. BRASIL. **Lei nº 11.445, de Janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.
4. BUONAMICI, S. C. **Direito difuso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: cidadania e participação popular no direito a cidades sustentáveis**. Dissertação apresentada a Universidade Metodista de Piracicaba – Piracicaba, SP: 2012.
5. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510460&search=mato-grosso|itiquira>>.
6. ITIQUIRA. **Lei Municipal nº 994, de 13 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e o Fundo Municipal de Saneamento Básico e, dá outras providências.
7. LISBOA, S. S. HELLER, L. SILVEIRA, R. B. **Desafios do planejamento municipal de saneamento básico em municípios de pequeno porte: a percepção dos gestores**. Revista Eng. Sanit. Ambient.[online]. 2013, vol.18, n.4, pp.341-348.
8. SEPLAN/MT – SECRETARIA DO ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. **Mapa da Mesorregião-Sudeste Mato Grossense**. Coordenadoria de Informações e Ciência e Tecnologia, 1997.
9. TRATA BRASIL – Instituto Trata Brasil. **A importância do Saneamento Básico para a saúde nos 25 municípios do Pacto em Defesa das cabeceiras do Pantanal**. 2011. Disponível em: <<http://tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/cabeceiras-pantanal/Estudo-Pantanal-online.pdf>>.